

Entre:

A **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO**, representada pelo seu Presidente Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes, com poderes para outorgar o acto, doravante designada de "ARS";

A **ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE, I.P.**, representada pelo seu Presidente do Conselho Directivo, Dr. Manuel Ferreira Teixeira, com poderes para outorgar o acto, doravante designada de "ACSS";

E

O **CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO DE LISBOA**, como segundo outorgante, neste acto representado pela Presidente do Conselho de Administração, Dr.^a Isabel Maria Esperança Paixão, com poderes para outorgar o acto, doravante designado de "Centro Hospitalar".

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1^a

Objecto

1. O presente contrato-programa tem por objecto a definição dos objectivos do plano de actividades do Centro Hospitalar para o ano 2011, no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde psiquiátricos.
2. O presente contrato fixa para o ano de 2011 o financiamento do Centro Hospitalar em função das condições previstas e dos resultados obtidos, nos termos do Capítulo II.

Cláusula 2^a

Princípios gerais

1. O presente contrato-programa baseia-se em princípios de gestão criteriosa, garantia de critérios, qualidade na prestação de cuidados de saúde e cumprimento de metas a alcançar de acordo com os recursos disponíveis.
2. O presente contrato-programa deve promover o equilíbrio dos níveis de eficiência das unidades de saúde do SNS.

Cláusula 3ª

Obrigações principais

1. Os objectivos de produção a assegurar pelo Centro Hospitalar referem-se ao volume da produção nas seguintes linhas:
 - a) Internamento;
 - b) Consulta externa;
 - c) Hospital de dia;
 - d) Estruturas reabilitativas;
 - e) Serviços domiciliários.
2. O Centro Hospitalar compromete-se a concretizar os programas específicos propostos pelo Ministério da Saúde identificados no Anexo II ao presente contrato-programa.
3. As prestações de saúde previstas na presente Cláusula implicam a prestação integrada, directa ou indirectamente, de todos os outros serviços de que deva beneficiar o utente, relacionados com o respectivo estado de saúde ou com a sua estada no estabelecimento de saúde, designadamente a prestação de serviços de apoio.
4. Para cumprimento das obrigações previstas nos números anteriores, compete ao Centro Hospitalar assegurar a disponibilização de recursos e definir os processos e políticas adequadas ao cumprimento dos objectivos assumidos, no respeito das melhores práticas de gestão e dos princípios da equidade e da acessibilidade dos cidadãos aos cuidados de saúde, recebendo os recursos financeiros acordados e a cooperação necessária ao cumprimento da sua missão e objectivos.

Cláusula 4ª

Políticas de melhoria

O Centro Hospitalar obriga-se a estabelecer políticas de melhoria de forma a garantir níveis de serviço e indicadores de qualidade crescente, pondo especificamente em prática políticas efectivas de redução dos tempos de internamento inapropriados, tendo em vista a obtenção de um nível elevado de utilização de recursos.

Cláusula 5ª

Âmbito da produção contratada

A produção contratada respeita apenas aos beneficiários do SNS, não considerando os cuidados prestados a utentes beneficiários dos serviços de saúde das Regiões Autónomas, de subsistemas públicos e privados e de quaisquer outros terceiros legal ou contratualmente responsáveis.

Cláusula 6ª

Meios humanos

O Centro Hospitalar deverá dispor ao seu serviço de pessoal em número suficiente e dotado de formação adequada para exercer, de forma contínua e pontual, as actividades objecto do contrato-programa.

Cláusula 7ª

Acesso às prestações de saúde

1. Sem prejuízo do princípio geral da liberdade de escolha do utente, o Centro Hospitalar serve preferencialmente a população da sua área de influência.
2. O Centro Hospitalar obriga-se a garantir o acesso às prestações de saúde, nos termos do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, a todos os beneficiários do SNS.
3. Para efeitos do número anterior e da garantia de universalidade de utilização do Centro Hospitalar, são beneficiários do SNS:
 - a) Os cidadãos portugueses;
 - b) Os cidadãos nacionais de Estados membros da União Europeia, nos termos das normas comunitárias aplicáveis;
 - c) Os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, em condições de reciprocidade;
 - d) Os cidadãos apátridas residentes em Portugal;
 - e) Os cidadãos estrangeiros menores em situação ilegal registados nos termos da Portaria n.º 995/2004, de 9 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 67/2004, de 25 de Março.
4. No acesso às prestações de saúde, o Centro Hospitalar deve respeitar o princípio da igualdade, assegurando aos beneficiários o direito de igual acesso, obtenção e utilização das prestações de saúde realizadas e o direito de igual participação, devendo os utentes ser atendidos segundo um critério de prioridade clínica definido em função da necessidade de prestações de saúde.
5. O Centro Hospitalar obriga-se ainda a realizar todas as prestações de saúde, aos beneficiários do SNS, para que tenha capacidade técnica, garantindo, nesta medida, a universalidade das prestações de saúde que cabe ao SNS assegurar.

Cláusula 8ª

Identificação dos utentes e terceiros pagadores

1. O Centro Hospitalar obriga-se a identificar os utentes do SNS através do cartão de utente.
2. O Centro Hospitalar obriga-se ainda a identificar e determinar a entidade responsável pelo pagamento dos serviços prestados a cada utente, designadamente os terceiros pagadores, em todas as situações em que estes sejam susceptíveis de ser responsabilizados.

Cláusula 9ª

Direitos e deveres dos utentes

1. O Centro Hospitalar obriga-se a ter uma carta dos direitos e deveres do utente e um manual de acolhimento, que disponibilizará a todos os utentes e a cujas regras darão cumprimento.
2. O Centro Hospitalar obriga-se a ter um livro de reclamações para os utentes, bem como os formulários que sejam obrigatórios no contexto das actividades de regulação no sector da saúde.
3. O Centro Hospitalar obriga-se a ter um gabinete do utente, a quem os utentes poderão dirigir as suas queixas, sugestões ou reclamações.
4. A carta dos direitos e deveres do utente do estabelecimento e o manual de acolhimento deverão ser periodicamente revistos, tendo em vista, designadamente, a sua adequação às orientações que resultem das respostas aos inquéritos de satisfação.

Cláusula 10ª

Referenciação de utentes

1. O Centro Hospitalar obriga-se a realizar as prestações de saúde adequadas ao estado de saúde dos utentes, podendo referenciá-los para outras unidades de saúde nos termos dos números seguintes.
2. O Centro Hospitalar assegura a referenciação de doentes para outras unidades de saúde integradas no SNS sempre que a valência médica em que as prestações de saúde se qualificam não se inclua no respectivo perfil assistencial, de acordo com as redes de referenciação em vigor.
3. O Centro Hospitalar assegura a transferência de doentes para outras unidades de saúde integradas no SNS sempre que se verifique a inexistência ou insuficiência de capacidade técnica.
4. A avaliação da capacidade técnica compreende os equipamentos necessários à realização das prestações de saúde e os recursos humanos ou materiais disponíveis para dar resposta adequada e em tempo útil à situação clínica diagnosticada.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, consideram-se justificadas as referenciações ou transferências efectuadas quando o Centro Hospitalar:
 - a) Ateste a necessidade de referenciação mediante relatório médico;
 - b) Demonstre a ausência ou a insuficiência de capacidade técnica;
 - c) Já tiver prestado os cuidados de saúde necessários ao doente que recebeu por referenciação e a situação clínica justificar a redução do nível de especialização dos cuidados a prestar ou a prestação de cuidados continuados.
6. Qualquer referenciação ou transferência de doentes realizada fora dos casos previstos nos números anteriores será classificada como indevida.
7. Sempre que se verifique a transferência de utentes, devem ser respeitadas as regras em vigor no SNS.
8. O Centro Hospitalar obriga-se a receber os doentes transferidos dos hospitais da sua área de



influência sempre que aqueles não disponham de nível de referência adequado e capacidade técnica.



Sh.
f

Cláusula 11ª

Qualidade dos serviços

No exercício da sua actividade, o Centro Hospitalar fica obrigado a assegurar elevados parâmetros de qualidade dos serviços de saúde prestados, quer no que respeita aos meios e processos utilizados quer no que respeita aos resultados.

Cláusula 12ª

Sistemas de informação

1. O Centro Hospitalar obriga-se a dispor de sistemas de informação adequados ao desenvolvimento das suas actividades, tendo especialmente em vista:
 - a) Optimizar o acolhimento, atendimento e prestação de cuidados aos utentes;
 - b) Registar de forma exaustiva as actividades executadas, quer na vertente assistencial quer nas vertentes económica e financeira;
 - c) Permitir a monitorização e a fiscalização relativamente ao cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas;
 - d) Garantir a existência e o perfeito funcionamento de todos os elementos necessários às comunicações informáticas automatizadas entre os sistemas de informação do Centro Hospitalar e o Ministério da Saúde;
 - e) Garantir a sua configuração de acordo com os conteúdos normalizados;
 - f) Garantir a existência de um sistema de contabilidade interna segundo as regras em vigor;
 - g) Garantir o controlo eficaz de qualquer alteração, seja esta a pedido ou devida a medidas correctivas ou preventivas, tanto a nível aplicacional como de infra-estruturas, devendo assegurar o seu correcto planeamento e os respectivos riscos.
2. O Centro Hospitalar obriga-se a fornecer à ARS e à ACSS a informação que neste âmbito lhe for solicitada.
3. A ARS e a ACSS têm o direito de auditar todos e quaisquer aspectos relacionados com os sistemas de informação, designadamente a estrutura e o conteúdo dos meios técnicos e informáticos utilizados e os procedimentos envolvidos na recolha, registo, tratamento e transmissão de informação, tendo em vista verificar a veracidade, consistência e fiabilidade da informação registada e transmitida.

Cláusula 13ª

Equipamentos e Sistemas Médicos

1. O Centro Hospitalar deve assegurar a existência de equipamentos e sistemas médicos

suficientes, adequados, actualizados e em boas condições de utilização para dar cumprimento à produção contratada e aos parâmetros de qualidade exigidos.

2. São considerados equipamentos e sistemas médicos suficientes os necessários para dar cumprimento à produção contratada e aos parâmetros de qualidade exigidos.
3. O Centro Hospitalar fica responsável pelo financiamento das operações pelas quais adquirem a titularidade ou o uso dos equipamentos e sistemas médicos, bem como por todos os custos inerentes à respectiva utilização, manutenção e renovação.
4. O Centro Hospitalar é responsável por acompanhar a instalação e pelo comissionamento de todos os equipamentos e sistemas médicos, incluindo a elaboração e compilação de manuais de operação e de serviço dos equipamentos médicos e a formação dos utilizadores na operação dos equipamentos.
5. O Centro Hospitalar obriga-se ainda a organizar e manter um plano de equipamentos e sistemas médicos, do qual constará, obrigatoriamente e no mínimo:
 - a) Uma listagem exaustiva, sob a forma de inventário, de todos os equipamentos e sistemas médicos afectos ao estabelecimento hospitalar, organizado em fichas por sala ou área, com identificação de fabricante, modelo, número de série e especificações técnicas e/ou funcionais;
 - b) Plano de renovação de equipamentos e sistemas médicos;
 - c) Planos de manutenção preventiva dos equipamentos e sistemas médicos.
6. O plano de equipamentos e sistemas médicos é revisto anualmente, incorporando as variações ocorridas nos equipamentos e sistemas médicos e as alterações verificadas nos planos de manutenção e renovação dos equipamentos.
7. O plano de equipamentos e sistemas médicos, assim como cada uma das revisões, devem ser submetidos à apreciação da ARS, até ao final do primeiro trimestre de cada ano.
8. A ARS poderá propor alterações ao plano de equipamentos e sistemas médicos, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da sua apresentação ou da apresentação de cada uma das revisões, pelo Centro Hospitalar.
9. O Centro Hospitalar apenas poderá recusar a incorporação das propostas de alterações apresentadas pela ARS nos termos dos números anteriores, em casos devidamente fundamentados.
10. O Centro Hospitalar obriga-se ainda a cumprir o plano de renovação de equipamentos gerais e de equipamentos e sistemas médicos que venha a ser aprovado.

Cláusula 14^a

Manutenção de equipamentos

1. Compete ao Centro Hospitalar assegurar a gestão e operação da manutenção dos equipamentos médicos a instalar no estabelecimento, tendo em vista:

- a) Garantir a integridade dos equipamentos e sistemas médicos;
- b) Eliminar os riscos de ocorrência de falhas que ponham em causa a segurança dos doentes e pessoal;
- c) Permitir o desenvolvimento, em condições normais, da actividade de prestação de cuidados de saúde.

2. Para efeitos do número anterior, o Centro Hospitalar deve assegurar um sistema de manutenção, preventiva e curativa, cobrindo todos os equipamentos médicos.

3. Todas as entidades operadoras da manutenção dos equipamentos médicos ao abrigo do presente Contrato deverão ser certificadas quanto à qualidade de acordo com a Norma ISO9001 e suas actualizações

Cláusula 15ª

Avaliação de desempenho

1. O Centro Hospitalar compromete-se a cumprir as metas explicitadas no Anexo III destinadas a aumentar a eficiência na utilização dos recursos e a promover níveis de eficiência mais elevados.
2. O Centro Hospitalar deve proceder ainda, à recolha de um conjunto de outros indicadores de desempenho, nomeadamente os constantes do Anexo V que virão progressivamente a constituir-se como eventuais referências para a fixação de objectivos.
3. Este sistema de indicadores deverá constituir-se como um referencial, que permita a posterior consolidação com as diferentes regiões e a sua divulgação pública pelo Ministério da Saúde.

Cláusula 16ª

Regras gerais sobre contratação de terceiros

1. Excepcionalmente o Centro Hospitalar pode recorrer à prestação de serviços por terceiras entidades para a realização de prestações de saúde, mediante subcontratação, desde que seja autorizada pela ARS ou pela ACSS.
2. O Centro Hospitalar, nos subcontratos a celebrar com terceiros, deve assegurar que:
 - a) Todos os profissionais que prestem serviço ao abrigo dos subcontratos possuem as qualificações e as competências adequadas à actividade que se propõem desenvolver;
 - b) A entidade subcontratada está devidamente habilitada para o exercício da sua actividade;
 - c) A entidade subcontratada possui um adequado sistema de monitorização e avaliação de desempenho, coerente com o estabelecido no presente Contrato-Programa, nos mesmos termos exigidos para a prestação feita directamente pelo Centro Hospitalar.
3. As entidades terceiras que venham a ser subcontratadas devem dispor, quando exigível de, ou aderir a, um sistema de acreditação ou de certificação da qualidade com reconhecimento, nacional ou

Cláusula 17ª

Alteração das circunstâncias

Em caso de desactualização das metas definidas no presente contrato pela alteração anormal e imprevisível de circunstâncias que determinaram os termos do presente contrato, ou pelas consequências derivadas daquela alteração, as partes contratantes assumem o compromisso de rever os referidos termos.

Cláusula 18ª

Acompanhamento da execução do contrato

1. À ARS compete seguir a execução do presente contrato-programa, através dum acompanhamento presencial periódico, assente num sistema de informação integrado e dos documentos considerados necessários e apropriados, bem como realizar auditorias cíclicas. Promoverá ainda, uma articulação eficaz e multifuncional com as restantes unidades de saúde do SNS.
2. A ACSS acompanhará a execução do contrato-programa, através duma monitorização transversal, em especial na vertente económico-financeira, baseada no acesso e arquivo de dados, informações e documentos que considere necessários e apropriados, bem como de auditorias periódicas.
3. Podem ainda ser realizadas auditorias clínicas pelas entidades competentes do Ministério da Saúde.

Cláusula 19ª

Normas aplicáveis

1. O contrato-programa rege-se pela lei portuguesa.
2. Em tudo o que não estiver especialmente regulado, ao contrato-programa aplicam-se as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente a Lei de Bases da Saúde e a Lei de Gestão Hospitalar.

CAPÍTULO II

Cláusulas específicas de financiamento

Cláusula 20ª

Produção contratada

O Centro Hospitalar obriga-se a assegurar a produção correspondente às prestações de saúde constantes do Anexo I, bem como todas as obrigações acessórias especificamente previstas no presente contrato-programa e seus anexos.

Cláusula 21ª

Programas específicos

1. O Centro Hospitalar receberá o valor correspondente à actividade resultante dos programas específicos constantes do Anexo II.

Clausula 22ª

Incentivos Institucionais

Os incentivos institucionais serão atribuídos pela ARS, no valor de €593.058,76, em função do cumprimento de objectivos de qualidade e eficiência institucionais, nos termos do Anexo III e de metodologia a fixar em sede de acompanhamento da execução do Contrato-Programa.

Clausula 23ª

Financiamento

1. O Centro Hospitalar, no ano de 2011, tem um valor de €28.296.824,00, a transferir do Orçamento de Estado em duodécimos mensais.

2. Quando a valorização das actividades realizadas pelo Centro Hospitalar e a remuneração devida pelas restantes linhas constantes no Anexo I forem superiores ao orçamento financeiro referido no ponto anterior, haverá lugar a um ajustamento no financiamento quando houver disponibilidade financeira e através de modalidades de pagamento adequadas para o efeito.

Cláusula 24ª

Emissão de recibos

1. O Centro Hospitalar deverá enviar recibos dos valores correspondentes aos duodécimos mensais.

2. Os hospitais devem enviar a descrição dos actos, serviços e cuidados prestados, identificados por utente, que não podem conter dados sobre diagnóstico ou que permitam uma violação da intimidade da vida privada do doente.

Cláusula 25ª

Acertos ao adiantamento por dívidas entre instituições do SNS

1. O Centro Hospitalar autoriza desde já a dedução, por qualquer meio, ao valor do duodécimo da totalidade ou parte dos valores devidos por facturação entre instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde que já esteja vencida há mais de 6 meses.

2. A ACSS compromete-se a adicionar ao duodécimo o valor referente à facturação entre instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde que já esteja vencida há mais de 6 meses e tenha sido deduzido às entidades contrapartes.

Celebrado aos 17 dias do mês de Junho, de 2011

PRIMEIROS OUTORGANTES

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP


RUI PORTUGAL
Presidente do Conselho Directivo
ARSLVT, I.P.
Administração Central do Sistema de Saúde, IP

SEGUNDO OUTORGANTE

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa


Isabel Paixão
Conselho de Administração
(Presidente)

ANEXO I

PRODUÇÃO CONTRATADA

| Instituição: | | Contratualização: Anexo CP | |
|--|----------------|--------------------------------|---------------|
| CH Psiquiátrico de Lisboa | | Período Análise: Dezembro 2011 | |
| | Produção Total | Produção SNS | % Doentes SNS |
| 1. Consultas Externas: | | | |
| Nº Total Consultas Médicas | 55.552 | 52.435 | 94,389% |
| Primeiras Consultas | 5.301 | 4.998 | 94,284% |
| Consultas Subsequentes | 50.251 | 47.437 | 94,40% |
| 2. Internamento | | | |
| Nº Doentes Saídos (Agudos) | | | |
| GDH Médicos | 2.577 | 2.427 | 94,179% |
| Nº Doentes Saídos (Estatística) | 2.627 | 2.474 | 94,176% |
| Nº Doentes Tratados (Residentes) | 283 | 271 | 95,76% |
| No hospital | 190 | 178 | 93,684% |
| No exterior (Ordens Religiosas) | 93 | 93 | 100,00% |
| No exterior (Outras Instituições) | | | |
| Nº Doentes Tratados (Reabilitação Psicosocial) | 118 | 113 | 95,763% |
| Reabilitação Psicosocial | 104 | 100 | 96,154% |
| Reabilitação Psicosocial na Comunidade | 14 | 13 | 92,857% |
| Nº Doentes Tratados (Forenses) | 35 | 0 | 0,00% |
| Nº Dias de Internamento (Residentes) | 98.945 | 92.875 | 93,865% |
| No hospital | 65.000 | 58.930 | 90,662% |
| No exterior (Ordens Religiosas) | 33.945 | 33.945 | 100,00% |
| No exterior (Outras Instituições) | | | |
| Reabilitação Psicosocial | 31.371 | 29.713 | 94,715% |
| Reabilitação Psicosocial | 27.142 | 25.784 | 94,997% |
| Reabilitação Psicosocial na Comunidade | 4.229 | 3.929 | 92,906% |
| Nº Dias de Internamento (Forenses) | 11.228 | 0 | 0,00% |
| 3. Sessões em Hospital de Dia | | | |
| Psiquiatria | 7.917 | 7.487 | 94,569% |
| SMC - Hospital de Dia Psiquiatria | 5.336 | 5.081 | 95,221% |
| 4. Unidades Sócio-Ocupacionais | | | |
| Dias de Tratamento do Ambulatório | 11.319 | 10.527 | 93,003% |
| Unid. Sócio-Ocupacionais (Instituição) | 11.319 | 10.527 | 93,003% |
| Unid. Sócio-Ocupacionais (SMC) | | | |
| 5. Serviços Domiciliários | | | |
| Total de Visitas Domiciliárias | 1.829 | 1.705 | 93,22% |

ANEXO II

PROGRAMAS ESPECÍFICOS

Ajudas Técnicas

Assistência Médica no Estrangeiro

Assistência na área da Saúde Mental prestada por Ordens Religiosas

Convenções Internacionais

OBJECTIVOS DE DESEMPENHO

| Instituição: CH Psiquiátrico de Lisboa | | Contratualização: Anexo CP |
|---|-----------------------|--------------------------------|
| | | Período Análise: Dezembro 2011 |
| A - Assistencial | Objectivo 2011 | |
| A.1 Dias Internamento Completo / Sessões Int. Parcial | | 3,8 |
| A.2 Dias Internamento Agudos / Sessões Hospital de Dia | | 3,3 |
| A.3 Dias Internamento Agudos / Dias Intern. Residentes e Reab. Psicossocial | | 0,4 |
| A.4 Demora Média (dias) | | 16,9 |
| A.5 Taxa de Ocupação Internamento Agudos | | 73,10% |
| A.6 Taxa de Ocupação Internamento Residentes | | 92,80% |
| A.7 Taxa de Ocupação Reabilitação Psicossocial | | 90,50% |
| B - Económico - Financeiro | Objectivo 2011 | |
| B.1 Custos Pessoal (%) | | -5,00% |
| B.2 Custos Consumos (%) | | -1,24% |
| B.3 Custos FSE (%) | | 0,00% |
| B.4 Peso dos custos com pessoal ajustados nos proveitos operacionais (%) | | 55,90% |
| B.5 Resultado Operacional (€) | | 1.844.533,78 € |
| C - Regionais | Objectivo 2011 | |
| C.1 Peso das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas (%) | | 10,00% |
| C.2 Tempo médio de avaliação do pedido e marcação da consulta no CTH (dias) | | 3 dias |

ANEXO IV - ORÇAMENTO ECONÓMICO

CUSTOS E PERDAS (1 de 2)

Instituição: CH Psiquiátrico de Lisboa Contratação: Anexo CP
Período Análise: Dezembro 2011

| | Valor Estimado 2010 | Valor Contratualizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
|---|------------------------|-------------------------------|-------------------|
| 612-Mercadorias | | | 0,0% |
| 616-Matérias de consumo | 1.461.116,74 € | 1.442.968,66 € | -1,2% |
| 6161-Produtos Farmacêuticos | 1.129.672,80 € | 1.080.612,27 € | -4,3% |
| 61611-Medicamentos | 1.017.582,64 € | 945.516,77 € | -7,1% |
| 61612/9-Reagentes/Outros produtos farmacêuticos | 112.090,16 € | 135.095,50 € | 20,5% |
| 6162-Material consumo clínico | 88.124,59 € | 87.168,19 € | -1,1% |
| 6163-Produtos alimentares | 827,88 € | 595,10 € | -28,1% |
| 6164-Material consumo hotelheiro | 113.181,38 € | 101.044,32 € | -10,7% |
| 6165-Material consumo administrativo | 82.032,61 € | 98.154,79 € | 19,7% |
| 6166-Material manutenção e conservação | 43.839,39 € | 72.202,25 € | 64,7% |
| 6169-Outro material de consumo | 3.438,09 € | 3.191,74 € | -7,2% |
| Sub-Total | 1.461.116,74 € | 1.442.968,66 € | -1,24% |
| % S/ Total Geral | 3,43% | 4,55% | 32,81% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contratualizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 6211-Assistência ambulatoria | | | 0,0% |
| 6212-Meios complementares diagnóstico | | | 0,0% |
| 62121-Patologia clínica | | | 0,0% |
| 62122-Anatomia patológica | | | 0,0% |
| 62123-Imagiologia | | | 0,0% |
| 62124-Cardiologia | | | 0,0% |
| 62125-Electroencefalografia | | | 0,0% |
| 62126-Medicina nuclear | | | 0,0% |
| 62127-Gastroenterologia | | | 0,0% |
| 62128-Pneumologia/Imunologia | | | 0,0% |
| 62129-Outros | | | 0,0% |
| 6213-Meios complementares terapêutica | | | 0,0% |
| 62131-Hemodálise | | | 0,0% |
| 62132-Medicina física e reabilitação | | | 0,0% |
| 62133-Litotricia | | | 0,0% |
| 62139-Outros | | | 0,0% |
| 6214-Prescrição medicam. e cuid. farmac. | | | 0,0% |
| 6215-Internamentos | | | 0,0% |
| 6216-Transporte de doentes | | | 0,0% |
| 6217-Aparelhos complementares de terapêutica | | | 0,0% |
| 6218-Trabalhos executados no exterior | 1.355.647,12 € | 1.329.272,08 € | -1,9% |
| 62181-Em entidades do M. Saúde | 17.467,13 € | 26.860,00 € | 53,8% |
| 621811-Assistência ambulatoria | 2.975,60 € | 1.361,40 € | -54,2% |
| 621812-Meios complementares de diagnóstico | 12.211,53 € | 20.000,00 € | 63,8% |
| 621813-Meios complementares de terapêutica | | | 0,0% |
| 621814-Prescrição medicam. e cuid. farmac. | | 293,00 € | 0,0% |
| 621815-Internamentos e transporte de doentes | | 4.320,00 € | 0,0% |
| 621819-Outros trabalhos executados no exterior | 2.280,00 € | 885,60 € | -61,2% |
| 62189-Em outras entidades | 1.338.179,99 € | 1.302.412,08 € | -2,7% |
| 621891-Assistência ambulatoria | | | 0,0% |
| 621892-Meios complementares diagnóstico | 27.060,39 € | 30.803,07 € | 13,8% |
| 621893-Meios complementares terapêutica | 1.755,00 € | 2.025,00 € | 15,4% |
| 621894-Prescrição medicam. e cuid. farmac. | | | 0,0% |
| 621895-Internamentos e transporte de doentes | 1.309.364,60 € | 1.269.584,01 € | -3,0% |
| 621896-Aparelhos complementares de terapêutica | | | 0,0% |
| 621897-Assistência no estrangeiro | | | 0,0% |
| 621898-Termalismo social | | | 0,0% |
| 621899-Outros trabalhos executados no exterior | | | 0,0% |
| 6219-Outros subcontratos | | | 0,0% |
| Sub-Total | 1.355.647,12 € | 1.329.272,08 € | -1,95% |
| % S/ Total Geral | 3,18% | 4,19% | 31,86% |

ANEXO IV - ORÇAMENTO ECONÓMICO

CUSTOS E PERDAS (2 de 2)

| Instituição: | | Contratualização: Anexo CP | |
|--|------------------------|--------------------------------|-------------------|
| CH Psiquiátrico de Lisboa | | Período Análise: Dezembro 2011 | |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contratualizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 6221-Fornecimentos e serviços I | 1.631.285,44 € | 1.700.000,00 € | 4,21% |
| 6222-Fornecimentos e serviços II | 312.098,57 € | 300.000,00 € | -3,88% |
| 6223-Fornecimentos e serviços III | 4.580.379,89 € | 4.510.000,00 € | -1,54% |
| 6229-Outros fornecimentos e serviços | 36.531,33 € | 50.000,00 € | 36,87% |
| Sub-Total | 6.560.295,23 € | 6.560.000,00 € | 0,0% |
| % S/ Total Geral | 15,39% | 20,69% | 34,47% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contratualizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 63-Transf. correntes conced. e prest. sociais | | | 0,0% |
| % S/ Total Geral | | | 0,0% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contratualizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 641-Remunerações dos órgãos directivos | 223.115,74 € | 212.914,68 € | -4,6% |
| 642-Remunerações de pessoal | 15.964.546,69 € | 14.941.204,21 € | -6,4% |
| 6421-Remunerações base do pessoal | 11.478.233,30 € | 11.107.660,66 € | -3,2% |
| 64211-RCTFP por tempo indeterminado | 8.666.184,23 € | 8.400.000,00 € | -3,1% |
| 64212-Pessoal c/ contrato a termo resolutivo | 2.536.705,55 € | 2.450.000,00 € | -3,4% |
| 64213-Pessoal em regime Contrato Individual | | | 0,0% |
| 64214-Pessoal em qualquer outra situação | 275.343,52 € | 257.660,66 € | -6,4% |
| 6422-Suplementos de remunerações | 1.921.413,38 € | 1.770.691,35 € | -7,8% |
| 64221-Trabalho extraordinário | 132.412,66 € | 120.309,61 € | -9,1% |
| 642211-Horas extraordinárias | 122.624,28 € | 110.000,00 € | -10,3% |
| 642212-Prevenções | 9.788,38 € | 10.309,61 € | 5,3% |
| 64222-Trabalho em regime de turnos | 989.675,57 € | 931.834,10 € | -5,8% |
| 642221-Noites e suplementos | 989.675,57 € | 931.834,10 € | -5,8% |
| 642222-Subsídio de turno | | | 0,0% |
| 64223-Abono para faltas | 1.023,54 € | 1.269,57 € | 24,0% |
| 64224-Subsídio de refeição | 699.459,92 € | 672.751,16 € | -3,8% |
| 64225-Ajudas de custo | 29.081,12 € | 32.814,45 € | 12,8% |
| 64226/7-Vestuário e Art. Pess/Alim. e Alojam. | | | 0,0% |
| 642281-PEQLEO/SIGIC | | | 0,0% |
| 642282/9-Outros Suplementos | 69.760,57 € | 11.712,46 € | -83,2% |
| 6423-Prestações sociais directas | 437.130,83 € | 100.452,58 € | -77,0% |
| 6424-Subsídios de férias e de Natal | 2.061.898,64 € | 1.962.399,62 € | -4,8% |
| 6425 - Prémios de desempenho | 65.870,54 € | 0,00 € | -100,0% |
| 643-Pensões | 504.220,07 € | 553.800,83 € | 9,8% |
| 645-Encargos sobre remunerações | 2.336.099,62 € | 2.369.297,85 € | 1,4% |
| 646-Seguros de acid. trab. e doenças profissionais | 498,54 € | 3.075,22 € | 516,8% |
| 647-Encargos sociais voluntários | 36.528,99 € | 46.568,20 € | 27,5% |
| 648-Outros custos com pessoal | 43.597,59 € | 17.836,26 € | -59,1% |
| Sub-Total | 19.108.607,24 € | 18.144.697,25 € | -5,04% |
| % S/ Total Geral | 44,83% | 57,24% | 27,69% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contratualizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 65-Outros custos e perdas operacionais | 79.551,61 € | 77.914,30 € | -2,06% |
| % S/ Total Geral | 0,19% | 0,25% | 31,71% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contratualizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 66-Amortizações do exercício | 4.157.888,34 € | 3.887.718,79 € | -6,5% |
| % S/ Total Geral | 9,75% | 12,26% | 25,74% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contratualizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 67-Provisões do exercício | | | 0,0% |
| % S/ Total Geral | | | 0,0% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contratualizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 68-Custos e perdas financeiras | 15.060,00 € | 11,54 € | -99,92% |
| % S/ Total Geral | 0,04% | 0,0% | -99,9% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contratualizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 69-Custos e perdas extraordinários | 9.889.586,35 € | 256.526,50 € | -97,41% |
| % S/ Total Geral | 23,2% | 0,81% | -96,51% |
| TOTAL GERAL | 42.627.752,63 € | 31.699.109,12 € | -25,64% |

ANEXO IV

ORÇAMENTO ECONÓMICO – PROVEITOS E GANHOS

Instituição: CH Psiquiátrico de Lisboa Contraturalização: Anexo CP
Período Análise: Dezembro 2011

| | Valor Estimado 2010 | Valor Contraturalizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
|---|------------------------|-----------------------------|-------------------|
| 711-Vendas | | | 0,0% |
| 712-Prestações de serviços | 1.610.027,90 € | 1.502.565,00 € | -6,7% |
| 7121-Internamento | 1.203.784,11 € | 1.087.119,00 € | -9,7% |
| 7122-Consulta | 13.041,90 € | 11.764,00 € | -9,8% |
| 7123-Urgência/SAP | | | 0,0% |
| 7124-Quartos particulares | | | 0,0% |
| 7125-Hospital de dia | | 62.609,00 € | 0,0% |
| 7126-Meios comp. de diagnóstico e terapêutica | 286.630,50 € | 248.008,00 € | -13,5% |
| 71261-De diagnóstico | 286.630,50 € | 248.008,00 € | -13,5% |
| 71262-De terapêutica | | | 0,0% |
| 7127-Taxas moderadoras | 106.571,39 € | 93.065,00 € | -12,7% |
| 7128-Outras Prestações de Serviços de Saúde | | | 0,0% |
| 71281-Serviço domiciliário | | | 0,0% |
| 71282-GDH de Ambulatório | | | 0,0% |
| 71283-Programas verticais | | | 0,0% |
| 71284-Plano de convergência | | | 0,0% |
| 71285-Valor Capitacional (valor a facturar pelas ULS) | | | 0,0% |
| 71289-Outras prestações serviços de saúde | | | 0,0% |
| 7129-Outras prestações de serviços | | | 0,0% |
| Sub-Total | 1.610.027,90 € | 1.502.565,00 € | -6,67% |
| % S/ Total Geral | 4,47% | 4,49% | 0,3% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contraturalizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 72-Impostos e taxas | | | 0,0% |
| % S/ Total Geral | | | 0,0% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contraturalizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 73-Proveitos suplementares | 707.867,67 € | 699.682,00 € | -1,16% |
| % S/ Total Geral | 1,97% | 2,09% | 6,23% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contraturalizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 74-Transf. e subsídios correntes obtidos | 31.875.840,69 € | 29.594.035,00 € | -7,2% |
| 741-Transferências-Tesouro | | | 0,0% |
| 742-Transferências correntes obtidas | 31.867.968,09 € | 29.594.035,00 € | -7,1% |
| 7421-Da ACSS | 31.672.647,77 € | 29.594.035,00 € | -6,6% |
| 7422-Do PIDDAC | | | 0,0% |
| 7423-Do FSE | 148.501,32 € | | -100,0% |
| 7429-Outras Transferências Correntes Obtidas | 46.819,00 € | | -100,0% |
| 743-Sub. correntes obtidos-Outros entes públicos | 7.872,60 € | | -100,0% |
| 749-Sub. correntes obtidos-De outras entidades | | | 0,0% |
| Sub-Total | 31.875.840,69 € | 29.594.035,00 € | -7,16% |
| % S/ Total Geral | 88,56% | 88,37% | -0,22% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contraturalizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 75-Trabalhos para a própria entidade | | | 0,0% |
| % S/ Total Geral | | | 0,0% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contraturalizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 76-Outros proveitos e ganhos operacionais | 851.027,54 € | 1.490.822,86 € | 75,2% |
| 762-Reembolsos | 847.821,91 € | 1.486.566,86 € | 75,3% |
| 763-Produtos de fabricação interna | | | 0,0% |
| 768-Outros não espec. alheios valor acrescentado | | | 0,0% |
| 769-Outros | 3.205,63 € | 4.256,00 € | 32,8% |
| Sub-Total | 851.027,54 € | 1.490.822,86 € | 75,18% |
| % S/ Total Geral | 2,36% | 4,45% | 88,27% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contraturalizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 78-Proveitos e ganhos financeiros | 56.524,32 € | 36.865,00 € | -34,78% |
| % S/ Total Geral | 0,16% | 0,11% | -29,91% |
| | Valor Estimado 2010 | Valor Contraturalizado 2011 | % Var 2011 / 2010 |
| 79-Proveitos e ganhos extraordinários | 891.113,59 € | 165.227,00 € | -81,46% |
| % S/ Total Geral | 2,48% | 0,49% | -80,07% |
| TOTAL GERAL | 35.992.401,71 € | 33.489.196,86 € | -6,95% |

ANEXO V

INDICADORES DE DESEMPENHO A QUE SE REFERE O N.º 2 DA CLÁUSULA 15ª

- a) Percentagem de mortalidade no internamento;
- b) Quedas;
- c) Mediana do tempo de espera para a primeira consulta;
- d) Percentagem de consultas não realizadas da responsabilidade do utente;
- e) Percentagem de consultas não realizadas da responsabilidade da instituição;
- f) Percentagem de resposta a reclamações em menos de 30 dias;
- g) Mediana do tempo de resposta às reclamações.

